



**TEOLOGIA
EM REVISTA**

A Formação Cristã do Olhar Diante das Relações Étnico- Raciais

**Wilson Faraço
Keila da Silva Santos Rodrigues**

A FORMAÇÃO CRISTÃ DO OLHAR DIANTE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ¹

Wilson Faraço ²

Keila da Silva Santos Rodrigues ³

RESUMO

Este artigo propõe a Educação do Olhar como categoria teológico-formativa para a formação cristã diante do racismo. A reflexão parte da constatação de que a percepção das relações étnico-raciais não é neutra, mas é formada por processos históricos, sociais, culturais e educacionais que podem contribuir tanto para o reconhecimento quanto para a naturalização ou invisibilização de práticas discriminatórias. O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, bibliográfica e teológico-reflexiva, articulando contribuições da História, da Educação, das relações étnico-raciais e da Teologia Bíblica. A argumentação desenvolve-se a partir da narrativa bíblica da criação, da queda, da redenção e da missão, compreendendo o olhar humano como criado para reconhecer a dignidade conferida pela Imago Dei, corrompido pelo pecado, restaurado em Cristo e enviado à prática reconciliadora da Igreja. Sustenta-se que o enfrentamento cristão do racismo não se limita à condenação de comportamentos discriminatórios, mas requer formação capaz de transformar a percepção, ampliar a escuta, reconhecer preconceitos naturalizados e reconstruir relações à luz do Evangelho. Conclui-se que educar o olhar significa formar discípulos capazes de reconhecer no outro a dignidade conferida pelo Criador e de testemunhar, em suas relações e comunidades, a nova humanidade reconciliada em Cristo.

Palavras-chave: Educação do olhar. Formação cristã. Racismo. Discipulado. Reconciliação.

¹ O presente artigo é resultado das reflexões desenvolvidas a partir das palestras realizadas durante a Semana da Consciência Negra da Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP, em novembro de 2025, e dos diálogos posteriores entre os autores, cujas distintas experiências e áreas de pesquisa suscitaram a investigação sobre a formação cristã do olhar diante das relações étnico-raciais. Devido à abrangência, o tema também foi abordado no grupo de pesquisa do Centro de Pesquisa Pentecostal da FAESP, na área de concentração Teologia Prática e Transformações Socioculturais.

² Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Teologia pela PUC-SP. Bacharel em Teologia pela Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP), com convalidação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pós-graduado em Administração de Negócios pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Andragogia pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) e em Filosofia da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Coordenador dos cursos de Bacharelado em Teologia e Pós-graduação em Teologia Bíblica da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) e docente na área de Teologia.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisadora das relações étnico-raciais, com estudos voltados à História da Educação, à naturalização do preconceito e da discriminação étnico-racial e aos processos históricos de racialização. Autora de *O infiltrado: Benedicto Galvão: a trajetória do primeiro presidente negro da OAB/SP (1881-1943)* (Appris, 2021). Vinculada à Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP).

ABSTRACT

This article proposes Education of the Gaze as a theological-formative category for Christian formation in response to racism. The reflection begins with the understanding that the perception of ethnic-racial relations is not neutral, but is shaped by historical, social, cultural, and educational processes that may contribute either to the recognition or to the naturalization and invisibilization of discriminatory practices. The study adopts a qualitative, bibliographical, and theological-reflective approach, bringing into dialogue contributions from History, Education, ethnic-racial studies, and Biblical Theology. The argument is developed through the biblical narrative of creation, fall, redemption, and mission, understanding the human gaze as created to recognize the dignity conferred by the *Imago Dei*, corrupted by sin, restored in Christ, and sent forth into the Church's reconciling practice. It argues that the Christian response to racism cannot be limited to the condemnation of discriminatory behavior, but requires a formative process capable of transforming perception, deepening listening, recognizing naturalized prejudices, and rebuilding relationships in light of the Gospel. It concludes that educating the gaze means forming disciples capable of recognizing in others the dignity conferred by the Creator and of bearing witness, in their relationships and communities, to the new humanity reconciled in Christ.

Keywords: Education of the Gaze. Christian formation. Racism. Discipleship. Reconciliation.

INTRODUÇÃO

O racismo constitui uma realidade histórica e social que atravessa diferentes espaços de convivência e desafia também as comunidades cristãs a refletirem sobre suas práticas, relações e formas de perceber o próximo. Embora a fé cristã proclame a dignidade de todo ser humano criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26-27), estabeleça o amor ao próximo como fundamento da vida cristã (Mt 22.37-40) e rejeite a acepção de pessoas (Tg 2.1-9), manifestações de preconceito e discriminação étnico-racial podem permanecer pouco percebidas ou mesmo naturalizadas nas relações cotidianas. Discutir o racismo no contexto cristão, portanto, não significa introduzir no Evangelho uma questão que lhe seja estranha, mas perguntar de que maneira os princípios da fé cristã orientam o reconhecimento e a resposta às situações que ferem a dignidade humana e comprometem a comunhão.

A questão torna-se particularmente relevante quando se considera que a percepção humana não é neutra. História, cultura, educação e experiências pessoais partici-

pam da formação da maneira como cada sujeito interpreta a realidade e se relaciona com o outro.⁴ Desse modo, determinadas manifestações de preconceito podem ser claramente reconhecidas por aqueles que as experimentam e, ao mesmo tempo, permanecer pouco visíveis para quem não compartilha dessas experiências. O problema do racismo alcança, assim, não apenas aquilo que as pessoas fazem, mas também aquilo que aprenderam a perceber — ou a não perceber — em suas relações.

As reflexões desenvolvidas neste artigo tiveram como contexto de origem as palestras realizadas durante a Semana da Consciência Negra da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP), em novembro de 2025, e os diálogos delas decorrentes. O encontro entre experiências distintas dos autores evidenciou que situações aparentemente corriqueiras — comentários, brincadeiras, representações, silenciamentos ou formas diferenciadas de tratamento — podem ser percebidas de maneiras diferentes conforme a trajetória de quem as observa. Essa experiência não constitui corpus empírico de uma pesquisa de campo, mas funciona como memória reflexiva e ponto de partida para a problematização desenvolvida neste estudo. No diálogo, tornou-se possível reconhecer que aquilo que não é percebido por determinado sujeito não necessariamente inexistente, podendo exigir escuta, discernimento e ampliação da percepção. Essa compreensão encontra-se no próprio desenvolvimento original da pesquisa.

É nesse horizonte que propomos, como contribuição central deste artigo, a categoria Educação do Olhar⁵, compreendida como processo teológico-formativo mediante o qual o discípulo de Cristo aprende a reconhecer no outro a dignidade conferida pelo Criador, escutar experiências distintas das suas, discernir preconceitos naturalizados e reconstruir suas relações à luz do Evangelho. A proposta nasce do diálogo entre História, Educação e Teologia Bíblica: enquanto as duas primeiras permitem compreender como determinadas percepções raciais foram historicamente construídas, aprendidas e reproduzidas, a Teologia oferece os fundamentos para

4 A compreensão da percepção como realidade formada social e historicamente parte do reconhecimento de que os sujeitos aprendem a interpretar o mundo por meio dos processos de socialização e das experiências familiares, escolares, religiosas e culturais. Nesse sentido, aquilo que parece evidente, normal ou natural pode resultar de processos históricos e sociais que orientam modos de pensar, perceber e agir. Berger e Luckmann (2014) oferecem fundamento para essa compreensão ao demonstrarem o caráter socialmente construído da realidade cotidiana.

5 A expressão *Educação do Olhar* é empregada neste estudo como categoria teológico-formativa. Embora essa terminologia não apareça literalmente nas obras consultadas, sua construção articula fundamentos já identificados na literatura e na produção anterior dos autores. Faraço relaciona a aprendizagem cristã à transformação do discípulo (2025, p. 23) e, ao analisar a pedagogia de Jesus, à “mudança de vida a partir da mudança de perspectiva” e ao “modo de ver” o mundo (2025, p. 97). A presente pesquisa desenvolve essa dinâmica no enfrentamento cristão do racismo, articulando-a à *Imago Dei*, à corrupção das relações pelo pecado, à reconciliação em Cristo e à missão da Igreja.

perguntar de que maneira essas percepções podem ser confrontadas e transformadas no processo de formação cristã. É justamente nessa articulação que a pesquisa identifica sua principal lacuna e situa sua contribuição.

O problema que orienta este artigo pode ser assim formulado: como a formação cristã pode contribuir para educar o olhar do discípulo de Cristo diante de manifestações de discriminação étnico-racial que nem sempre são reconhecidas no interior das próprias comunidades de fé? Sustentamos a hipótese de que a resposta cristã ao racismo não se esgota na condenação de comportamentos discriminatórios nem na afirmação abstrata da igualdade humana, mas requer um processo formativo capaz de alcançar a própria percepção do discípulo, conduzindo-o a reconhecer preconceitos naturalizados, ampliar a escuta e reconstruir relações segundo a dignidade da Imago Dei e a reconciliação realizada em Cristo.

O objetivo deste estudo consiste, portanto, em desenvolver a Educação do Olhar como categoria teológico-formativa para a formação cristã diante do racismo, articulando a construção histórica e educacional da percepção racial aos fundamentos bíblico-teológicos da dignidade humana, do pecado, da redenção e da missão. Busca-se demonstrar que a narrativa bíblica oferece um percurso no qual o olhar humano, criado para reconhecer no outro um semelhante portador da imagem de Deus, é corrompido pelo pecado, restaurado em Cristo e enviado à prática reconciliadora da Igreja. Nessa perspectiva, a formação cristã não diz respeito somente ao que o discípulo deve crer ou fazer, mas também à maneira como aprende a perceber e reconhecer o próximo.

Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como pesquisa qualitativa, bibliográfica e teológico-reflexiva. O percurso analítico articula contribuições da História, da Educação e dos estudos das relações étnico-raciais com a Teologia Bíblica, recorrendo às Escrituras como fundamento teológico para a compreensão da dignidade humana, da corrupção das relações pelo pecado, da reconciliação realizada em Cristo e da missão da Igreja. As palestras realizadas na FAESP e os diálogos delas decorrentes constituem o contexto de origem da reflexão, sem serem tratados como corpus empírico. A partir desse diálogo interdisciplinar, busca-se compreender como a formação cristã pode contribuir para que percepções, atitudes e práticas sejam examinadas e transformadas à luz do Evangelho.

1. RACISMO, PERCEPÇÃO E FORMAÇÃO

A compreensão do racismo exige reconhecer que suas manifestações não se limitam a atos explícitos de hostilidade ou discriminação. Trata-se de uma realidade histórica e social que atravessa diferentes espaços de convivência e participa também dos processos pelos quais indivíduos e comunidades aprendem a perceber, interpretar e relacionar-se com o outro. Por essa razão, a discussão proposta neste artigo não se restringe à identificação de práticas discriminatórias, mas procura compreender como determinadas formas de percepção podem ser historicamente construídas, socialmente reproduzidas e, por vezes, naturalizadas a ponto de permanecerem pouco reconhecidas até mesmo por aqueles que professam a fé cristã.

No contexto brasileiro, essa questão não pode ser dissociada das feridas produzidas pela escravização e de suas permanências após a Abolição. A história da população negra no Brasil evidencia que o encerramento jurídico da escravidão não significou a superação das desigualdades construídas ao longo de séculos. Seus efeitos permaneceram perceptíveis em diferentes dimensões da vida social, alcançando áreas como educação, trabalho, moradia e participação social. Nesse sentido, compreender o racismo contemporâneo requer considerar não apenas atitudes individuais, mas também os processos históricos pelos quais diferenças relacionadas à cor e à origem étnico-racial foram convertidas em desigualdades e incorporadas às relações sociais.

A literatura histórica contribui para compreender esse processo. Barros (2010) demonstra que a noção de raça foi social e culturalmente construída mediante a atribuição de características fixas e fictícias a grupos humanos. Essas representações permitiram transformar diferenças de cor em mecanismos de hierarquização social, sobretudo no contexto da escravidão brasileira. A denominada —maldição da cor— tornou-se, nesse processo, instrumento de controle e legitimação das desigualdades produzidas socialmente (Barros, 2010, p. 31, 43). Magnoli, por sua vez, acompanha a formação histórica da ideia moderna de raça e do chamado racismo científico, demonstrando como classificações raciais foram utilizadas como instrumentos políticos e sociais de divisão da humanidade (Magnoli, 2010, p. 15-16, 27).

Essa dimensão histórica encontra continuidade no campo educacional.⁶ Os preconceitos não são transmitidos somente por discursos abertamente discriminatórios, mas também por representações, silêncios, imagens, práticas e comportamentos incorporados aos processos de socialização. As contribuições de Munanga (2004; 2005; 2023), Gomes (2006), Cavalleiro (2012) e Rodrigues (2021; 2025) permitem compreender que família, escola, cultura e demais espaços de convivência participam da formação dos modos pelos quais os sujeitos aprendem a interpretar as diferenças étnico-raciais. A educação, portanto, não transmite apenas conhecimentos: participa também da formação de maneiras de olhar, reconhecer e atribuir significado ao outro.

As pesquisas de Rodrigues tornam essa questão particularmente relevante para a discussão proposta neste artigo. Ao investigar impressos educacionais paulistas, a autora demonstra como representações relacionadas à população negra puderam ser naturalizadas no interior de processos educativos (Rodrigues, 2025). Em sua investigação sobre a trajetória de Benedicto Galvão, evidencia também as tensões enfrentadas por um homem negro em busca de reconhecimento e participação em espaços sociais e institucionais marcados pelas relações raciais de seu tempo (Rodrigues, 2021). Esses estudos ajudam a demonstrar que a percepção não se forma isoladamente: aquilo que uma sociedade aprende a considerar normal, estranho, inferior ou superior está relacionado também aos discursos, imagens e experiências que circulam em seus processos formativos.

Essa constatação torna-se particularmente importante quando a discussão alcança as comunidades cristãs. A fé cristã proclama que todo ser humano possui dignidade diante de Deus, afirma o amor ao próximo como fundamento da vida cristã (Mt 22.37—40) e rejeita a acepção de pessoas (Tg 2.1—9). Entretanto, homens e mulheres não chegam à comunidade de fé destituídos de história. Trazem consigo maneiras de pensar, falar, perceber e relacionar-se construídas na família, na escola, na sociedade e na cultura. Por isso, determinadas manifestações de preconceito podem permanecer pouco percebidas ou mesmo naturalizadas nas relações cotidianas, ainda que sejam incompatíveis com aquilo que a comunidade professa.

Foi precisamente essa tensão que emergiu nas reflexões realizadas durante a Se-

6 A dificuldade de reconhecer determinadas manifestações de discriminação relaciona-se também aos processos pelos quais representações e práticas sociais são aprendidas e naturalizadas. Estudos no campo das relações étnico-raciais e da Educação evidenciam a participação dos processos educativos e culturais na formação das maneiras pelas quais diferenças são percebidas e significadas (Munanga, 2004; 2005; Gomes, 2006; Cavalleiro, 2012; Rodrigues, 2025). Nesse sentido, a escuta de experiências distintas pode assumir função formativa ao tornar perceptíveis práticas anteriormente não reconhecidas ou naturalizadas.

mana da Consciência Negra da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP), em novembro de 2025, contexto que deu origem ao diálogo desenvolvido neste artigo. As discussões evidenciaram que determinadas manifestações de preconceito podem não ser imediatamente reconhecidas por aqueles que não as vivenciam diretamente, enquanto, para quem as experimenta, tornam-se perceptíveis em comentários, brincadeiras, representações, tratamentos diferenciados, silenciamentos e outras situações aparentemente corriqueiras. A diferença entre essas experiências revelou que a percepção do racismo também é atravessada pelas trajetórias dos sujeitos.

O diálogo entre os autores tornou essa questão especialmente significativa. De um lado, Wilson Faraço recorda uma trajetória na qual a convivência com pessoas negras foi marcada fundamentalmente pela fraternidade cristã. Vindo do interior para São Paulo, foi acolhido por uma família negra e compreendeu aquela relação primordialmente pela categoria de irmãos em Cristo, sem perceber a cor da pele como fundamento de superioridade ou inferioridade. De outro lado, Keila Rodrigues, mulher negra e pesquisadora das relações étnico-raciais, traz uma trajetória pessoal e acadêmica a partir da qual manifestações de preconceito e discriminação puderam ser percebidas de maneira distinta. O encontro dessas experiências não exige a negação de uma pela outra. Ao contrário, permite reconhecer que aquilo que não foi experimentado ou percebido por alguém não é, por essa razão, inexistente.

A escuta assume, nesse ponto, papel decisivo. Reconhecer a experiência do outro não significa abandonar a própria trajetória, mas admitir que ela não oferece, isoladamente, acesso a todas as dimensões da realidade. A experiência daquele que sofre discriminação pode interpelar a percepção daquele que não a vivenciou e permitir que situações anteriormente consideradas insignificantes sejam examinadas sob outra perspectiva. A questão deixa, assim, de ser apenas quem pratica ou sofre determinado preconceito e alcança um problema formativo: como aprendemos a perceber aquilo que anteriormente não conseguíamos enxergar?

Essa pergunta conduz a discussão para o campo propriamente teológico. Reconhecer manifestações de racismo no interior das comunidades cristãs não significa afirmar que a Igreja de Cristo seja, em sua essência, racista.⁷ Ao contrário, é precisamente porque o racismo contradiz princípios fundamentais do Evangelho que suas

7 Essa distinção decorre da própria compreensão cristã da Igreja e da dignidade humana: Shedd fundamenta a igual dignidade de todos os seres humanos na criação à imagem de Deus (Shedd, 1993, p. 5-6); Monteiro compreende o racismo como pecado que viola a relação com Deus e com o próximo (Monteiro, 2021, p. 19, 31); e Stott reconhece que a discriminação pode assumir também formas institucionais incompatíveis com a ética cristã (Stott, 2019, p. 330). Desse modo, a presença de práticas discriminatórias entre cristãos deve ser compreendida como contradição entre determinadas práticas humanas e aquilo que a comunidade cristã confessa.

manifestações entre cristãos precisam ser reconhecidas, confrontadas e transformadas. Se todos os seres humanos foram criados à imagem de Deus (Gn 1.26—27), se Deus não faz acepção de pessoas (At 10.34—35) e se o mandamento do amor exige amar o próximo como a si mesmo (Mc 12.31), não existe fundamento cristão para estabelecer diferentes graus de dignidade humana em razão da cor da pele.

Entretanto, a afirmação desses princípios não significa que preconceitos aprendidos ao longo da vida desapareçam automaticamente com a inserção na comunidade cristã. É nesse sentido que a formação cristã precisa alcançar também a percepção. A afirmação de Jesus de que é do interior, do coração dos homens— que procedem os males que contaminam as relações humanas (Mc 7.20—23) impede que o problema seja localizado exclusivamente nas estruturas externas. A fé cristã exige também exame, arrependimento e transformação do coração, alcançando os modos pelos quais o discípulo interpreta e trata o próximo.

É nesse horizonte que começa a adquirir sentido a categoria Educação do Olhar. Se História e Educação demonstram que determinadas formas de perceber o outro são aprendidas, naturalizadas e reproduzidas, a reflexão cristã precisa perguntar como o Evangelho participa da transformação dessa percepção. A resposta cristã ao racismo não pode limitar-se à condenação moral da discriminação nem à simples declaração de igualdade entre as pessoas. Ela precisa alcançar a formação de homens e mulheres capazes de escutar experiências diferentes das suas, reconhecer preconceitos anteriormente invisíveis e examinar suas relações à luz das Escrituras. A questão que se impõe, portanto, é teológico-formativa: de que maneira a narrativa bíblica pode educar o olhar do discípulo para reconhecer no outro a dignidade conferida por Deus e construir relações coerentes com a reconciliação anunciada pelo Evangelho?

Essa pergunta estabelece a passagem para a fundamentação bíblico-teológica desenvolvida na seção seguinte. Antes de perguntar o que o cristão deve fazer diante do racismo, torna-se necessário perguntar como a Escritura ensina o cristão a **ver** o próximo. É a partir da criação, da queda, da redenção e da missão que a Educação do Olhar encontrará seu fundamento teológico.

2. A EDUCAÇÃO DO OLHAR: FUNDAMENTOS BÍBLICO-TEOLÓGICOS PARA UMA FORMAÇÃO CRISTÃ DIANTE DO RACISMO

A resposta cristã ao racismo precisa alcançar uma dimensão mais profunda do que a simples reprovação de comportamentos discriminatórios. Se, como demonstrado anteriormente, a percepção humana é formada por experiências históricas, sociais,

culturais e educacionais, torna-se necessário perguntar de que maneira o Evangelho participa da transformação dessa percepção. A questão não é apenas o que o cristão deve pensar sobre o racismo, mas como aprende a enxergar o próximo à luz da revelação de Deus. É nesse horizonte que se propõe a categoria Educação do Olhar: um processo teológico-formativo no qual a percepção do discípulo é confrontada e progressivamente reorientada pela narrativa bíblica da criação, da queda, da redenção e da missão.

O ponto de partida encontra-se na criação. Gênesis 1.26—27 atribui à humanidade, sem distinção étnica, cultural ou social, a condição de portadora da *Imago Dei*. A dignidade humana, portanto, não é concedida pela sociedade nem depende da pertença a determinado grupo; antecede essas classificações porque procede do próprio Criador. Essa condição permanece reconhecida mesmo após a queda (Gn 9.6), enquanto Tiago denuncia a incoerência de bendizer a Deus e amaldiçoar seres humanos “feitos à semelhança de Deus” (Tg 3.9). Stott afirma, nessa direção, que cada homem, mulher e criança possui valor intrínseco e inalienável por ter sido criado à imagem divina (Stott, 2019, p. 54), relaciona essa origem comum aos direitos de dignidade e significado pertencentes a todos os seres humanos. Wright acrescenta que a *Imago Dei* não apenas confere dignidade, mas orienta a própria maneira de exercer relações e responsabilidades: “a *imago Dei* nos constrange. Devemos ser reis, não tiranos” (Wright, 2012, p. 63). Antes de qualquer diferença, portanto, o olhar criado é chamado a reconhecer no outro alguém que compartilha a mesma dignidade recebida de Deus.

A narrativa bíblica, entretanto, não ignora a profunda deformação produzida pelo pecado. Em Gênesis 3, a ruptura da comunhão com Deus repercute imediatamente nas relações humanas por meio do medo, da ocultação e da acusação; em Gênesis 4, Caim deixa de reconhecer Abel simplesmente como irmão e passa a relacionar-se com ele segundo a lógica da rivalidade, culminando no homicídio. A queda, assim, não produz apenas atos pecaminosos: desordena a própria maneira de perceber Deus, a si mesmo e o próximo. Wright afirma que “o pecado tem desfigurado esses relacionamentos” (Wright, 2012, p. 39), enquanto Jackson descreve a humanidade caída como “imagens vandalizadas desde que Adão pecou” (Jackson, 2011, p. 161). Greaves, por sua vez, relaciona diretamente a ruptura com Deus ao ingresso da injustiça na experiência humana (Greaves, 2021, p. 29), e Shedd identifica no “egoísmo inerente que o pecado tornou universal” uma das raízes da incapacidade humana de viver verdadeira fraternidade (Shedd, 1993, p. 6).

É nesse horizonte que o racismo pode ser teologicamente compreendido como uma das manifestações históricas da percepção corrompida. Ele não cria diferenças

humanas, mas converte diferenças legítimas em critérios de valor, superioridade e inferioridade. Monteiro o caracteriza como uma —idolatria étnico-racial— (Monteiro, 2021, p. 31), pois a absolutização da própria identidade desloca para a criatura uma centralidade que pertence a Deus. Volf acrescenta uma dimensão particularmente importante para a proposta deste artigo ao afirmar que —a exclusão simbólica é muitas vezes uma distorção do outro— (Volf, 2021, p. 67). A exclusão, nessa perspectiva, começa antes do comportamento: instala-se na maneira de perceber. O outro deixa de ser reconhecido em sua humanidade compartilhada e passa a ser interpretado por categorias capazes de justificar seu afastamento, inferiorização ou marginalização.

Se a deformação pode alcançar a maneira de perceber o outro, a formação cristã precisa alcançar também essa dimensão da existência. Ao refletir sobre a prática pedagógica de Jesus, Faraço afirma que o processo de aprendizagem cristã deve ser “capaz de não somente transferir conhecimento, mas produzir em quem é alcançado uma transformação que deixe claro o caráter do verdadeiro discípulo de Cristo” (Faraço, 2025, p. 23). Essa dimensão transformadora torna-se ainda mais significativa quando o autor identifica, no método de Jesus, uma proposta de “mudança de vida a partir da mudança de perspectiva” e descreve seus discípulos como homens e mulheres que deveriam diferir “do mundo pelo modo de ver esse mesmo mundo como um local a ser modificado, transformado por meio de sua mensagem” (Faraço, 2025, p. 97). É nessa relação entre formação, transformação e modo de ver que a presente pesquisa situa a Educação do Olhar: não como simples aquisição de informações sobre o racismo, mas como processo teológico-formativo pelo qual a percepção do discípulo é confrontada e reorientada à luz da revelação bíblica, de modo que uma nova maneira de perceber o próximo produza também novas formas de relacionar-se com ele.

A redenção em Cristo responde precisamente a essa humanidade deformada. Cristo é apresentado como “a imagem do Deus invisível” (Cl 1.15) e aquele em cuja imagem o novo ser humano é progressivamente renovado (Cl 3.9-11). Por isso, a salvação não pode ser reduzida à alteração da condição jurídica do pecador diante de Deus; ela inaugura também uma existência transformada, na qual mente, relações e critérios de julgamento são submetidos ao senhorio de Cristo. Romanos 12.2 associa explicitamente a transformação cristã à renovação da mente, enquanto Filipenses 2.5 convoca os discípulos a assumirem o modo de pensar de Cristo. Shedd identifica justamente nessa “mente” de Jesus — atitude, perspectiva ou modo de pensar — uma chave para compreender a responsabilidade cristã diante do mundo (Shedd, 1993, p. 29). O olhar redimido é, portanto, cristológico: aprende a abandonar a autossuficiência e o domínio para assumir a humildade, o serviço e o reconhecimento do outro.

Essa renovação torna-se especialmente significativa em 2Coríntios 5.16—20. Paulo declara que, em razão da nova realidade inaugurada por Cristo, já não conhece ninguém “segundo a carne” e, imediatamente depois, apresenta a Igreja como depositária do ministério da reconciliação. A transformação da percepção e a vocação reconciliadora aparecem, assim, profundamente relacionadas. A nova criação produz uma nova maneira de reconhecer o outro e, conseqüentemente, uma nova maneira de relacionar-se com ele. O discípulo não é autorizado a determinar o valor humano segundo aparência, origem, posição social ou qualquer outra classificação construída historicamente; sua percepção passa a ser governada pela realidade reconciliadora inaugurada em Cristo.

Efésios 2.11—22 torna ainda mais explícita a dimensão comunitária dessa transformação. Na cruz, Cristo não apenas reconcilia indivíduos isolados com Deus, mas destrói a hostilidade entre judeus e gentios, criando “dos dois um novo homem” (Ef 2.15). Wright observa que Paulo não está simplesmente afirmando que indivíduos provenientes de diferentes povos foram salvos, mas que “a criação de uma nova humanidade é a boa-nova que Cristo veio realizar” (Wright, 2012, p. 229). Essa nova humanidade não elimina as diferenças. Gálatas 3.28 não significa que judeus deixem de ser judeus ou gentios deixem de possuir suas particularidades; significa que essas distinções já não podem funcionar como critérios de acesso a Deus, dignidade ou superioridade dentro da comunidade reconciliada.⁸ O Evangelho não apaga a diversidade; retira dela o poder de estabelecer hierarquias de valor.

Essa compreensão conduz inevitavelmente à missão. A percepção restaurada por Cristo não pode permanecer confinada à interioridade do discípulo. Em 2Coríntios 5.18-20, aqueles que foram reconciliados recebem o ministério da reconciliação; em Mateus 28.18-20, são enviados a fazer discípulos de todas as nações; e, em Atos 1.8, recebem o poder do Espírito para testemunhar até os confins da terra. Atos 10 oferece um exemplo particularmente expressivo para a Educação do Olhar: antes que Pedro pudesse atravessar a fronteira representada pela casa de Cornélio, sua própria percepção precisou ser confrontada por Deus. O mensageiro também necessitava ser transformado pela missão. Sua declaração de que Deus não faz acepção de pessoas (At 10.34-35) nasce no interior de um processo em que o próprio apóstolo aprende a não considerar inadequado aquele a quem Deus acolheu.

⁸ A unidade cristã não deve ser confundida com homogeneização étnica ou cultural. A própria visão escatológica preserva a identificação de “nações, tribos, povos e línguas” diante do Cordeiro (Ap 7.9). Assim, a reconciliação em Cristo não exige a supressão das diferenças, mas impede que elas sejam convertidas em critérios de superioridade, inferioridade ou exclusão. Essa compreensão é coerente com a nova humanidade descrita em Efésios 2.14-16 e com a afirmação paulina de unidade em Gálatas 3.28, encontrando também expressão na compreensão de Wright acerca da reconciliação entre diferentes povos como parte constitutiva das boas-novas (Wright, 2012, p. 229).

A missão reconciliadora precisa, por isso, tornar-se visível primeiramente na própria comunidade cristã. Monteiro é igualmente explícita ao sustentar que “combater o racismo e as injustiças sociais faz parte da pregação do Evangelho” (Monteiro, 2021, p. 131). Essas afirmações não transformam o Evangelho em programa político ou reduzem a missão à ação social; antes, reconhecem que a reconciliação anunciada pela Igreja precisa encontrar correspondência nas relações produzidas por ela. Uma comunidade que proclama a derrubada da parede de separação em Cristo, mas tolera hierarquizações de dignidade baseadas na cor da pele, contradiz em sua prática aquilo que anuncia em sua mensagem.

A história pentecostal oferece um precedente significativo dessa integração. Lima e Rossi registram que o combate ao racismo era ensinado por William Seymour na comunidade da Rua Azusa (Lima; Rossi, 2020, p. 41). Em um contexto marcado pela segregação racial, a convivência entre pessoas de diferentes origens tornou-se expressão concreta da experiência espiritual daquela comunidade. Essa memória é particularmente relevante para uma reflexão cristã de matriz pentecostal, pois demonstra que a ação do Espírito não precisa ser contraposta à reconciliação das relações humanas. Ao contrário, o mesmo Espírito que capacita para o testemunho forma uma comunidade na qual barreiras historicamente naturalizadas podem ser confrontadas. Greaves sintetiza essa relação ao recordar que o envio dos discípulos foi precedido pela ordem de esperar pelo poder do Espírito, afirmando que “a missão de justiça começou com oração” (Greaves, 2021, p. 100).

É nessa articulação que a Educação do Olhar encontra sua estrutura teológica: o olhar é criado, porque aprende na Imago Dei a dignidade comum de toda pessoa; é corrompido, porque o pecado converte diferenças em rivalidades, hierarquias e exclusões; é redimido, porque Cristo renova a mente e cria uma nova humanidade reconciliada; e é enviado, porque a Igreja recebe o ministério de tornar essa reconciliação visível em sua comunhão e missão.⁹ A categoria não pretende substituir as doutrinas bíblicas da criação, do pecado, da redenção ou da Igreja, mas articulá-las em torno do problema formativo identificado neste estudo: como o discípulo aprende a perceber o próximo segundo o Evangelho?

9 O movimento criação–queda–redenção–missão funciona, neste estudo, como estrutura bíblico-teológica para compreender a formação da percepção cristã. A criação estabelece, na Imago Dei, a dignidade comum da humanidade (Shedd, 1993, p. 6; Wright, 2012, p. 62–63); a queda permite compreender a deformação das relações e da percepção pelo pecado (Wright, 2012, p. 39; Jackson, 2011, p. 161); a redenção aponta para a renovação segundo a mente de Cristo (Shedd, 1993, p. 29) e para a constituição de uma nova humanidade reconciliada (Wright, 2012, p. 229); e a missão projeta essa transformação para a vida e o testemunho da comunidade cristã. A articulação desses movimentos oferece, assim, a arquitetura teológica mediante a qual a Educação do Olhar é desenvolvida como processo de formação da percepção do discípulo diante do racismo.

A Educação do Olhar encontra, assim, seu fundamento no próprio movimento da narrativa bíblica. Se a *Imago Dei* impede que diferenças humanas sejam convertidas em gradações de dignidade, a realidade do pecado explica por que o olhar pode deixar de reconhecer no outro um semelhante e passar a percebê-lo por meio de categorias de rivalidade, superioridade e exclusão. A obra reconciliadora de Cristo confronta essa deformação não apenas ao restabelecer a comunhão com Deus, mas ao formar uma nova humanidade na qual antigas hostilidades perdem sua legitimidade. Por isso, a transformação promovida pelo Evangelho alcança também a percepção: o discípulo é formado para rever os critérios pelos quais interpreta o próximo, discernir aquilo que o pecado naturalizou e aprender a relacionar-se segundo a dignidade, a justiça e a reconciliação reveladas em Cristo.

Nessa perspectiva, a Educação do Olhar não acrescenta ao discipulado uma preocupação externa ao Evangelho, mas explicita uma dimensão de sua própria dinâmica formativa. Se seguir a Cristo envolve renovação da mente, conformação ao seu caráter e participação em sua missão reconciliadora, essa formação necessariamente alcança também a maneira de ver, ouvir, reconhecer e acolher o outro. O desafio deixa de ser, portanto, apenas afirmar o que o cristão deve crer acerca da dignidade humana e passa a incluir como essa verdade forma sua percepção e se torna reconhecível em suas relações. É nesse ponto que o fundamento bíblico-teológico desenvolvido até aqui encontra sua consequência eclesial: a Educação do Olhar precisa tornar-se prática de formação na vida concreta da Igreja.

3. A EDUCAÇÃO DO OLHAR COMO PROPOSTA FORMATIVA PARA A IGREJA

Se a narrativa bíblica permite compreender o olhar humano segundo o movimento da criação, da queda, da redenção e da missão, a questão que se apresenta agora é como essa compreensão pode assumir forma concreta na vida da Igreja. A Educação do Olhar não se completa no reconhecimento teológico de que toda pessoa possui a dignidade da *Imago Dei*, de que o pecado deforma a percepção e de que Cristo inaugura uma nova humanidade reconciliada. Essas verdades precisam participar da formação cotidiana do discípulo, alcançando sua maneira de ouvir, interpretar, acolher e relacionar-se com pessoas cujas histórias e experiências são diferentes das suas.

Essa dimensão formativa é particularmente importante porque a conversão cristã não significa que todos os modos de pensar e perceber anteriormente aprendidos sejam imediatamente abandonados. O discipulado envolve um processo contínuo de renovação, no qual aquilo que foi recebido da família, da cultura e da sociedade

é submetido ao discernimento da Palavra de Deus. A exortação paulina para que os cristãos sejam transformados pela renovação da mente (Rm 12.2) indica que a vida cristã inclui a reconfiguração dos critérios pelos quais a realidade é compreendida. Educar o olhar significa, nesse sentido, formar a percepção segundo Cristo.

O discipulado constitui, portanto, um dos espaços fundamentais dessa formação. A ordem de Jesus para fazer discípulos inclui não apenas batizar, mas ensinar a guardar tudo aquilo que ele ordenou (Mt 28.19-20). A formação cristã não pode limitar-se à transmissão de conteúdos doutrinários desvinculados da maneira como o discípulo trata o próximo. Aquilo que a Igreja ensina acerca da dignidade humana, do amor ao próximo, da rejeição à parcialidade e da reconciliação precisa alcançar também os relacionamentos estabelecidos dentro da própria comunidade. O discipulado torna-se, assim, espaço no qual convicções confessadas são progressivamente incorporadas à maneira de perceber e tratar as pessoas.

Pregação, ensino bíblico e vida comunitária constituem ambientes privilegiados para esse processo. Não se trata de substituir o conteúdo central da fé cristã por uma agenda temática, mas precisamente de permitir que as implicações do Evangelho alcancem dimensões da vida que podem permanecer sem exame. A Igreja educa o olhar quando ensina seus membros a reconhecer a dignidade do próximo, confronta a parcialidade, oferece linguagem bíblica para identificar formas de desumanização e possibilita que experiências distintas sejam ouvidas à luz das Escrituras. Nesse processo, a formação cristã não apenas informa o discípulo sobre o racismo; oferece-lhe referenciais para discernir comportamentos e percepções que podem ter sido naturalizados ao longo de sua trajetória.

A escuta assume aqui função particularmente relevante. Conforme observado na primeira seção deste artigo, experiências distintas podem produzir diferentes condições de percepção. Ouvir aquele cuja trajetória difere da própria pode revelar aspectos da realidade anteriormente não reconhecidos. Essa escuta, entretanto, não substitui a Escritura como referencial normativo da fé cristã. Ela permite que situações concretas sejam trazidas ao discernimento da comunidade e examinadas à luz da Palavra. A experiência humana apresenta questões que precisam ser ouvidas; a Escritura oferece o horizonte teológico a partir do qual dignidade, pecado, justiça e reconciliação são discernidos. Escuta e discernimento bíblico podem, assim, participar conjuntamente da formação do discípulo.

A Educação do Olhar precisa igualmente alcançar as práticas comunitárias. A fraternidade cristã não se demonstra apenas pela afirmação abstrata de que todos possuem igual dignidade diante de Deus, mas pela maneira como pessoas são re-

cebidas, ouvidas, reconhecidas e chamadas a participar da vida da comunidade. Tiago 2.1-9 demonstra que a confissão de fé em Jesus Cristo é incompatível com a aceção de pessoas manifestada concretamente nas relações comunitárias. A parcialidade torna-se visível na distribuição de lugares, honra e reconhecimento. A pergunta formativa, portanto, não é somente o que uma Igreja declara acerca da igualdade humana, mas como essa convicção se torna perceptível em suas relações.

Essa questão alcança diretamente o exercício da liderança cristã. Se preconceitos podem ser reproduzidos por práticas aparentemente comuns, líderes possuem responsabilidade formativa não apenas pelo conteúdo que ensinam, mas também pelas relações que legitimam e pelos comportamentos que normalizam. A presença de pessoas de diferentes origens nos espaços comunitários, por si só, não garante que tenham sido igualmente reconhecidas, ouvidas e valorizadas. A Educação do Olhar convida a liderança a examinar suas próprias práticas, não para estabelecer mecanismos artificiais de representação, mas para discernir se critérios estranhos ao Evangelho estão interferindo no reconhecimento dos dons, na participação, no serviço e na comunhão.

Esse exame precisa conduzir não apenas ao reconhecimento, mas também ao arrependimento e à transformação. Shedd afirma que a Igreja deve refletir a preocupação divina com a justiça, “vivendo-a, acima de tudo em suas próprias fileiras” (Shedd, 1993, p. 19). A comunidade não pode anunciar ao mundo aquilo que se recusa a examinar em si mesma. Identificar uma atitude ou prática como incompatível com o Evangelho, entretanto, não significa condenar definitivamente aquele que a praticou. Reconhecimento, arrependimento e mudança fazem parte da dinâmica da santificação e convocam cada discípulo ao processo contínuo de conformação a Cristo.

Por essa razão, reconciliação não pode ser confundida com silenciamento dos conflitos. O Evangelho não oferece uma paz construída pela ocultação das feridas, mas uma reconciliação que passa pela verdade. Monteiro afirma que o compromisso cristão deve procurar “justiça e reconciliação — não vitória “ (Monteiro, 2021, p. 75). Essa formulação impede que o enfrentamento do racismo seja reduzido a uma lógica de antagonismo cuja finalidade consista apenas em inverter posições de poder. A finalidade cristã é reconhecer o pecado, confrontar a injustiça, restaurar a dignidade e reconstruir relações segundo a reconciliação realizada em Cristo.

Para uma comunidade pentecostal, esse processo possui ainda uma dimensão pneumatológica incontornável. A transformação das relações não pode ser separada da obra do Espírito Santo. Em Atos, o Espírito capacita a Igreja para uma missão

que atravessa fronteiras culturais e étnicas (At 1.8; 2.1-12; 10.1-48). Em uma sociedade marcada pela segregação, a comunhão entre pessoas de diferentes origens tornou-se expressão pública de uma espiritualidade que alcançava também as relações humanas. A experiência pentecostal permite compreender, assim, que transformação espiritual e reconciliação comunitária não constituem realidades concorrentes.

A Educação do Olhar não pretende, portanto, criar um programa paralelo à missão da Igreja. Ela propõe que os próprios meios ordinários da formação cristã — Escritura, discipulado, pregação, ensino, oração, comunhão e serviço — participem conscientemente da formação de discípulos capazes de perceber e tratar o próximo segundo o Evangelho. A Igreja educa o olhar quando sua proclamação forma a mente, sua comunhão confronta a parcialidade, sua liderança reconhece a dignidade, sua escuta torna perceptível aquilo que estava naturalizado e sua prática demonstra que a reconciliação anunciada em Cristo possui consequências concretas.

Essa formação alcança, finalmente, o testemunho público da comunidade. A Igreja não é chamada apenas a anunciar uma nova humanidade, mas a tornar visíveis, ainda que imperfeitamente, os efeitos históricos da reconciliação que proclama. Uma comunidade na qual diferenças étnicas permanecem reconhecíveis, mas deixam de determinar dignidade, pertencimento ou valor, testemunha concretamente aquilo que confessa. Sua unidade não decorre da ausência de diferenças, mas da submissão comum ao senhorio de Cristo. A Educação do Olhar pode ser compreendida, nesse sentido, como uma pedagogia cristã da reconciliação: não pretende simplesmente produzir pessoas mais informadas acerca do racismo, mas formar discípulos cuja percepção, afetos, escolhas e relações sejam progressivamente submetidos ao Evangelho. Aprender a perceber aquilo que antes permanecia invisível, discerni-lo à luz das Escrituras, reconhecer quando determinada prática contradiz a dignidade conferida por Deus, arrepender-se quando necessário e reconstruir relações constituem dimensões de um mesmo processo formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da questão de como a fé cristã pode responder às manifestações de discriminação étnico-racial quando estas nem sempre são reconhecidas no interior das próprias comunidades de fé. O percurso desenvolvido demonstrou que essa resposta não pode limitar-se à identificação histórica do racismo nem à reafirmação abstrata da igualdade entre os seres humanos. Se preconceitos, representações e formas de discriminação podem ser historicamente construídos, socialmente aprendidos e culturalmente naturalizados, a resposta cristã precisa alcançar também a maneira pela qual o discípulo percebe, interpreta e se relaciona com o próximo.

A análise histórica e educacional evidenciou que o racismo não constitui realidade natural nem consequência necessária das diferenças humanas, mas resulta de processos pelos quais características étnico-raciais foram transformadas em critérios de classificação, hierarquização e exclusão. Tais processos participam também da formação dos modos de perceber a realidade, fazendo com que determinadas manifestações discriminatórias possam permanecer pouco perceptíveis para aqueles que não as experimentam diretamente. O diálogo entre experiências distintas mostrou, nesse sentido, que a escuta pode assumir função formativa: não exige negar a própria trajetória, mas reconhecer que nenhuma experiência individual é suficiente para apreender todas as dimensões da realidade.

A Teologia Bíblica permitiu avançar do reconhecimento do problema para os fundamentos de sua resposta. O movimento da criação, queda, redenção e missão mostrou que a dignidade humana encontra seu fundamento na Imago Dei; que o pecado alcança e deforma as relações; que a reconciliação realizada em Cristo confronta as hostilidades que separam seres humanos; e que a Igreja é chamada a testemunhar essa nova realidade. A resposta cristã ao racismo, portanto, não decorre da incorporação de uma pauta estranha ao Evangelho, mas das próprias afirmações da fé cristã acerca de Deus, do ser humano, do pecado, da redenção e da missão.

É nesse percurso que se encontra a principal contribuição proposta por este estudo: a Educação do Olhar, compreendida como processo teológico-formativo pelo qual o discípulo aprende a submeter sua percepção ao Evangelho, reconhecendo no outro a dignidade conferida pelo Criador, discernindo percepções e práticas deformadas pelo pecado e traduzindo a transformação operada em Cristo em novas formas de relacionamento. Não se trata, portanto, apenas de ensinar cristãos a identificar o racismo, mas de compreender o discipulado como formação que alcança também a maneira de ver, ouvir, interpretar e acolher o próximo.

Essa compreensão permite responder ao problema proposto. A fé cristã responde às manifestações de discriminação étnico-racial formando discípulos capazes de escutar, discernir à luz das Escrituras, reconhecer aquilo que contradiz o Evangelho, arrepender-se quando necessário e reconstruir relações segundo a reconciliação realizada em Cristo. Pregação, ensino bíblico, discipulado, liderança, comunhão e hospitalidade tornam-se espaços dessa formação. Reconhecer manifestações de preconceito entre cristãos, nessa perspectiva, não significa caracterizar a Igreja, em sua identidade teológica, como racista, mas identificar contradições entre determinadas práticas humanas e o Evangelho que ela confessa, precisamente para que possam ser confrontadas e transformadas.

O estudo possui limites que precisam ser reconhecidos. Por sua natureza bibliográfica e teológico-reflexiva, não realizou pesquisa empírica destinada a mensurar manifestações de racismo em comunidades cristãs, tampouco pretendeu elaborar um programa pedagógico completo para aplicação e avaliação da Educação do Olhar. As experiências que deram origem à reflexão foram utilizadas como ponto de partida para a problematização, e não como corpus de uma pesquisa de campo. Estudos posteriores poderão investigar empiricamente processos de Educação do Olhar em diferentes contextos eclesiais e desenvolver metodologias formativas aplicáveis ao discipulado, à educação cristã e à preparação de lideranças.

Por fim, a visão de Apocalipse 7.9 oferece à Igreja o horizonte para o qual essa formação aponta: uma multidão de todas as nações, tribos, povos e línguas reunida diante do Cordeiro. A diversidade não desaparece na redenção; o que desaparece é sua utilização como fundamento de superioridade, inferioridade e separação. Enquanto aguarda a plenitude dessa realidade, a Igreja é chamada a antecipá-la em suas relações. Educar o olhar é aprender a enxergar o próximo à luz da criação, reconhecer aquilo que o pecado deformou, permitir que Cristo reoriente nossa percepção e viver, pela ação do Espírito, relações que testemunhem a nova humanidade reconciliada. Corações transformados pelo Evangelho devem produzir relações restauradas; e relações restauradas tornam visível, no presente, a reconciliação que a Igreja anuncia ao mundo.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **A “construção social da cor” e a “desconstrução da diferença escrava”**: reflexões sobre as ideias escravistas no Brasil colonial. *OP SIS*, Catalão, v. 10, n. 1, p. 29-54, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9204>. Acesso em: 18/08/2026.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FARAÇO, Wilson. **Ensino e Autoridade**: Análise da prática andragógica de Jesus e sua contribuição para o ensino e aprendizagem cristã. Rio de Janeiro: CPAD, 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GREAVES, Stuart. **Falsa justiça**: desvendando a verdade sobre a justiça social. Vitória-

ria, ES: Base Livros, 2021.

JACKSON, David R. **Clamor por justiça:** o evangelho segundo Jó. Tradução de Maria Judith do Prado Menga. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

LIMA, Adriano Sousa; ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **A contribuição do pentecostalismo na promoção dos direitos humanos dos negros.** Estudos Teológicos, São Leopoldo, v. 60, n. 1, p. 41-54, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/ET/article/view/239>. Acesso em: 18/08/2026.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue:** história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, Jacira Pontinta Vaz. **O estigma da cor:** como o racismo fere os dois grandes mandamentos. [S. l.]: Editora Quitanda, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: BRANDÃO, André Augusto P. (org.). Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RODRIGUES, Keila da Silva Santos. **O infiltrado:** Benedicto Galvão: a trajetória do primeiro presidente negro da OAB/SP (1881-1943). Curitiba: Appris, 2021.

RODRIGUES, Keila da Silva Santos. **As cores da cultura escolar:** naturalização do preconceito e da discriminação étnico-racial em impressos educacionais paulistas (1902-1918). 2025. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/d9191e-10-2da2-4f4f-bff5-530aeef7f844/full>. Acesso em: 18/08/2026.

SHEDD, Russell P. **A justiça social e a interpretação da Bíblia.** São Paulo: Vida Nova, 1993.

STOTT, John. **O cristão em uma sociedade não cristã:** como posicionar-se biblicamente diante dos desafios contemporâneos. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019.

VOLF, Miroslav. **Exclusão e abraço:** uma reflexão teológica sobre identidade, alteridade e reconciliação. Tradução de Almiro Pisetta. 1. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2021.

WRIGHT, Christopher J. H. A missão do povo de Deus: uma teologia bíblica da missão da igreja. Tradução de Waléria Coicev. São Paulo: Vida Nova, 2012.



FAESP

FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO